



COMPREENSÃO DA GUERRA

Alzir Benjamin Chaloub

General de Divisão, Chefe do Departamento de Ensino e Pesquisa do Exército.

O Discurso da Guerra

"Eu sou a mãe de todas as cousas, a grande força que gera e transforma as sociedades; eu sou seu mais poderoso meio de expressão. Tribunal da História, eu peso, eu julgo, eu modelo o mundo; eu faço os Deuses e os Reis, os senhores e os escravos. Eu fascino os homens e mesmo a Paz vive em mim fascinada.

Eu posso colocar frente a frente, até a morte, o Irmão contra o Irmão; eu posso arrancar aos milhares e milhões o Filho ao Pai, o Esposo à Esposa, a todos exaltando seu sacrifício.

Dispondo, para o desencadeamento da violência, de milhões de vidas, eu sou, sem dúvida, a causa menos divina da morte.

Eu me divirto com o mecanismo das cousas, como com as paixões dos homens.

Eu faço com que sirva aos meus fins tanto a superabundância como a penúria, o espírito de domínio como a timidez, a revolta como a fraqueza, a coragem como o medo, o heroísmo como a covardia, a esperança como o desespero, a generosidade com o egoísmo, o cálculo como o erro, o cinismo como a pureza, o Direito como a Força. Eu faço pegar em armas aqueles que a tanto querem se sujeitar como aqueles que querem permanecer livres. Eu uso de todos os meios para alcançar os fins, dos cálculos, como dos impulsos do racional, como do irracional.

Desde que o Homem existe, e ao correr dos séculos, eu tenho, sobre o planeta Terra, feito eclodir, sem descontinuidades marcantes, a flama brilhante de meus incêndios e o estrondo de minhas batalhas. Não há ano, não há lugar onde eu não tenha aparecido. Mas poderão me reconhecer?

Pois, como o Deus Prometeu, eu mudo e renovo constantemente minha figura e minha voz. Nos conflitos entre os homens, tenho sido o último motivo e o supremo recurso. As desavenças internas das nações, eu as faço explodir em revoluções ou desviar em conquistas; suas rivalidades, estourar em guerras externas ou desembocar em conflitos internos.

Eu tenho sido a grande ilusão. As nações me tomavam por meio, mas era eu que, finalmente, lhes impunha meus fins inesperados, desfazendo regímenes, estados e sociedades.

Os Exércitos me preparavam e, nos seus confrontos, acreditavam me conquistar, mas era eu que, em último recurso, desfazia os Exércitos, pois nenhum saía ileso no cadinho de minhas batalhas. Eu sou um fim que se mascara em meio.

Fortalecida por meus sucessos e por minha experiência com os homens e com os acontecimentos, eu coloco o homem no desafio de passar sem mim, de me descartar. Amanhã, como outrora e como hoje, eu tenciono permanecer como árbitro de suas contradições e de seus problemas, a fatalidade de seu destino é guardar a Paz acorrentada a meus desígnios."

(Prólogo de O DESAFIO DA GUERRA, de Gaston Bouthoul e René Carrère)

O ATO E A ESCOLA

Distinguido com o convite do Exm.^o Sr. Comandante desta Escola para proferir a Aula Inaugural de 1981, é com imensa satisfação que retorno a este Auditório, de tão gratas recordações para quem aqui tantas vezes compareceu como aluno, instrutor e comandante.

O ato de que agora reverente participo, julgo ter um caráter basicamente comemorativo. E assim, cumprindo o formalismo do ritual, declaro inaugurados os cursos da ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO, em seu 76.^o ano de atividades, pedindo a Deus que abençoe e ilumine os trabalhos que aqui serão realizados e augurando a todos vós nele envolvidos — Docentes e Discentes — que alcanceis pleno sucesso nas árduas e belas tarefas que vos serão cometidas.

Ressalto com particular júbilo a presença dos companheiros de Forças Armadas de Nações Amigas, os quais, com sua presença nesta Escola, contribuem decisivamente para estreitar o conhecimento entre nossos Exércitos e, conseqüentemente, para o fortalecimento da confiança e amizade recíprocas entre povos unidos pela mesma formação espiritual e moral; pela mesma concepção de vida, com liberdade e respeito à dignidade humana; pela mesma fé no primado da Justiça e da Democracia; pelo mesmo repúdio às ideologias totalitárias de qualquer espécie; pelo mesmo elevado espírito de solidariedade internacional e cooperação em prol do progresso da Humanidade e da Paz Mundial.

Aos companheiros que, de todos os rincões do País, acorrestes a este Instituto de Altos Estudos, meu testemunho de quanto a ECEME se rejubila ao receber nova turma de oficiais de escol que

lhe confia o Exército; aqui chegastes, laureados pelas vitórias alcançadas ao longo da carreira, para aprimorar a mente e o espírito, desenvolver a inteligência e a cultura, fortalecer a vontade e o caráter e, por vossos méritos e esforços próprios, qualidades e valor, cem vezes comprovados e medidos, vos credenciar-des à honra e à responsabilidade de Oficiais de Estado-Maior.

Bem sabeis o quanto de vós esperam o Exército e o Brasil. Este é o mais alto Instituto de Ensino do nosso Exército, e o curso que ides fazer, corresponde, no ensino civil, a um curso de pós-graduação "strictu sensu", no nível de doutorado. Após horas e dias, meses e anos de estudo e meditação, daqui deveis sair doutores na arte e na ciência da guerra.

O TEMA

O Tema por nós escolhido — A GUERRA — traduz, basicamente, a responsabilidade que temos na defesa da Pátria, bem como a fidelidade que devemos, como militares profissionais, a um aspecto pouco lembrado nos dias atuais — nossas origens. Como já dissemos no ano anterior, na EsAO, se já não somos uma classe, como a dos antigos guerreiros das sociedades primitivas, mas sim, Cidadãos-Soldados de um país civilizado, continuamos a ser o braço armado da Nação. A guerra, para nós, deve ser uma preocupação constante. Não a de desejá-la, muito menos a de provocá-la, mas a de não rejeitá-la, se ela sobreviver. Esta preparação, permanente e completa — física, mental, técnica e cultural — é um compromisso para com a Nação, que com ela conta e em nós confia. Conhecedores dos terríveis efeitos dos modernos engenhos de guerra, jamais seremos apologistas de conflitos ar-

mados. Mas estamos convencidos de que, nos dias atuais, somente a nossa pronta disposição e completa preparação poderão dar a nosso País a necessária segurança, diante de quaisquer tentativas de domínio e submissão.

O Tema constitui, por outro lado, uma motivação a vossos estudos nesta Casa, Instituto de Altos Estudos Militares, aonde viestes aprender, praticar e desenvolver métodos e processos, uma Doutrina, enfim, que vos habilite ao planejamento e conduta de operações de guerra.

Merece, porém, uma explicação adicional o título dado a esta Aula Inaugural — COMPREENSÃO DA GUERRA. Com isto pretendi, antes do mais, limitar o Tema a seus aspectos fundamentais, àqueles que julgo essenciais a seu melhor entendimento, considerando que, em ocasiões como esta, o Tema será apenas uma orientação geral, e seus tópicos servirão apenas como roteiro a balizar trocas de idéias, apenas sugeridas, para serem meditadas e discutidas entre vós mesmos.

Pretendi, também, evitar expressões consagradas — como Concepção de Guerra, por exemplo — constante de regulamentos, manuais ou outros documentos oficiais. É que interpretei a deferência de vosso ilustre Comandante, por cuja inteligência, cultura e equilíbrio de julgamento nutro a mais sincera admiração e respeito, a par da mútua estima que nos une, concedendo-me um privilégio que legitimamente lhe pertence, não como obediência a um costume que vem se implantando, mas como um desejo que, nesta oportunidade, os novos alunos da ECEME pudessem apreciar um enfoque um pouco mais pessoal sobre um problema que se tornou clássico para pensadores militares e civis.

Trata-se apenas, portanto, de uma simples clarinada no alto da colina, para despertar consciências e assinalar a alvorada de uma nova era em nossa vida militar.

No decorrer do ano que agora se inicia, tereis então a oportunidade de participar de numerosos trabalhos, que fixarão em vossa mente e espírito os superiores ensinamentos desta Casa, cuja tradição é já um patrimônio.

Passemos, pois, à breve análise dos elementos que considero essenciais à compreensão da guerra nos dias atuais.

CONCEITUAÇÃO DA GUERRA

O conceito de Guerra, por si só, já traduz uma compreensão do fenômeno, e ele será tanto ou mais atualizado quanto melhor pudermos compreender sua natureza, seus condicionamentos e suas implicações no mundo em que vivemos, dominado pelo progresso vertiginoso da ciência e da tecnologia, mas mergulhado na embaraçosa crise de valores e de confiança quanto ao próprio futuro.

No passado, algumas mentes esclarecidas anunciaram opiniões desestimulantes quanto às pesquisas sobre a natureza e as causas profundas da guerra. Assim, DERENHOFF, um pensador da Escola Alemã, dizia: "O domínio da guerra ultrapassa o da razão" e proclamava que "a guerra tem razões que a razão ignora". JOMINI, que era considerado o "Adivinho de Napoleão", pela perfeição com que conseguia prever algumas de suas manobras, declarava: "Longe de ser uma ciência exata, a guerra é um drama assustador e apaixonante". E até um filósofo, PROUDHON, afirmou em certa ocasião: "Ninguém tem necessidade de que se lhe diga o que é a guerra, pois todos, de certa forma, a conhecemos".

Convém declarar-vos que não concordo com essas opiniões, preferindo considerá-las como exercícios de retórica, a que só me referi por serem muito citadas em compêndios e obras do assunto. A afirmativa de Proudhon, então, parece-me muito europeizada para nossa mentalidade sulamericana.

Preferimos partir para a pesquisa da essência do problema e utilizar essa pesquisa como ponto de partida para um estudo racional. De início, buscando criar um ambiente propício aos nossos trabalhos, ouvistes, como motivação para esta exposição, o Discurso que a Guerra poderia nos fazer e que GASTON BOUTHOU e RENÉ CARRÈRE, autores de O DESAFIO DA GUERRA, apresentaram como prólogo de sua obra, pioneira entre nós da nova disciplina criada em 1945 — a POLEMOLOGIA, que visa ao estudo científico da guerra do ponto de vista sociológico.

O Discurso da Guerra tem pouco de original. Ele nos impressiona pela crueza de suas expressões e audácia de suas proposições, mas essa impressão resulta principalmente da condensação de opiniões de diversos pensadores e filósofos, historiadores e sociólogos que, através dos séculos, têm procurado retratar a guerra com palavras candentes e frases sonoras. Sem discutir, como os próprios autores, em que sentido o Discurso é justo ou falso, gostaria de lembrar apenas que os estudiosos do assunto jamais chegaram a acordo quanto à natureza, origens e causas profundas da guerra, muito menos quanto a seus aspectos éticos e morais. Exaltada por uns, por promover o progresso humano e o aperfeiçoamento da Humanidade, é amaldiçoada por outros, por brutalizar os homens e atrasar sua evolução espiritual.

A única forma de adquirir uma compreensão própria do fenômeno é através do exame de sua natureza, causas e formas gerais de sua evolução até os nossos dias, o que nos permitirá analisar algumas concepções de guerra atuais e chegar ao estabelecimento de um conceito atual de guerra. Para esse estudo, podemos e devemos nos socorrer dos ensinamentos dos grandes mestres que, através dos tempos, nos transmitiram o resultado de suas meditações sobre o assunto e, em particular, os ensinamentos de CLAUSEWITZ, sem dúvida, o maior pensador militar da História.

Quanto à *natureza da guerra*, observamos inicialmente que ela é uma das formas de resolução dos conflitos humanos, as quais podem ser grupadas em quatro categorias gerais:

- persuasão
- negociação
- mediação ou arbitragem
- coação

As três primeiras categorias ficam situadas no campo da Diplomacia, enquanto a última — a *coação* — exigindo o emprego ou a ameaça de emprego da força, pode tomar a forma de uma ação militar. É a guerra que, entretanto, não é apenas um fenômeno militar, mas um complexo de ações de que participam todos os campos do Poder Nacional, isto é, o Campo Político, com as ações de política externa e interna; o Campo Econômico, com as ações de bloqueio, restrições comerciais, intervenções financeiras, etc.; o Campo Psicossocial, explorando conflitos internos ou paixões ideológicas; e o Campo Militar, pelo emprego das forças armadas.

Como facilmente se pode deduzir, não é apenas na forma coercitiva que existe a conjugação de todos os campos do Poder nos esforços para a solução fa-

vorável do conflito. As outras três formas: *persuasão*, *negociação* e *mediação* ou *arbitragem*, embora situadas no âmbito da DIPLOMACIA, também podem contar com o concurso de ações de outros campos. É que a Diplomacia, embora seja considerada como a arte de convencer sem o uso da força, muitas vezes recorre a formas diversas de pressão econômica, psicológica ou de qualquer outra natureza, inclusive a da simples existência de uma força militar poderosa.

Podemos, desde logo, concluir que as diversas formas de resolução de conflito não são excludentes; pelo contrário, os melhores resultados são os obtidos mediante a judiciosa combinação de todas elas. Devemos também concluir que a força não é importante apenas no caso da coação.

Em síntese, a distinção entre diplomacia e guerra é apenas relativa, pois ambas, lançando mão da força, são obrigadas a recorrer a modalidades distintas da ESTRATÉGIA, existindo, pois, tanto uma estratégia militar, como uma estratégia diplomática. A dualidade "arte de convencer" — "arte de coagir" são apenas aspectos complementares da POLÍTICA NACIONAL.

Essas conclusões, fundamentais para a exata compreensão da guerra e o estabelecimento de sua conceituação, foram primeiro assinaladas na obra de CLAUSEWITZ, como veremos um pouco mais adiante.

Queremos, antes, ressaltar que o emprego da força visa a coagir o adversário a submeter-se a nosso ponto de vista, isto é, a *capitular*. A vitória na guerra toma, assim, a forma de uma capitulação, e esta pode ser atualmente obtida através de:

— domínio militar, pela destruição do poder de combate das forças armadas inimigas;

— asfixia econômica, impedindo o adversário de alimentar e suprir sua máquina de guerra;

— deterioração psicológica, solapando a confiança na vitória e abatendo o espírito que anima todo o esforço de guerra.

Em síntese, a capitulação pode ser obtida visando-se particularmente o CORPO, o CORAÇÃO ou o ESPÍRITO do adversário. Daí as três formas que a guerra pode apresentar nos dias atuais: a GUERRA MILITAR, a GUERRA ECONÔMICA e a GUERRA PSICOLÓGICA, cada uma visando particularmente um dos grandes componentes do potencial de guerra.

Mas, que motivos levará o homem a fazer a guerra, com todo o seu cortejo de violência e destruição? Em outras palavras, quais seriam as *causas da guerra*?

Este é o aspecto mais controverso de todos que se referem à guerra, pois cada pesquisador acaba estabelecendo uma teoria diferente e discordando total ou parcialmente das demais. Assim, o número de teorias é praticamente igual ao de pesquisadores.

A própria classificação dessas teorias em grupos distintos é dificultada porque algumas teorias participariam de mais de um grupo, ou pertenceriam a um grupo, quanto ao método, mas estariam incluídas em outro grupo, quanto às conclusões. Eu gostaria de adotar uma classificação que tomasse como referência o Homem. Neste caso, a causa da guerra estaria situada *acima do Homem*, no *íntimo do Homem*, ou *fora do Homem*, nas instituições por ele criadas.

A primeira categoria compreende todas as *teorias normativas ou de valores*;

elas podem ser religiosas, filosóficas, morais, políticas ou legais e se relacionam principalmente à vida consciente do homem e da sociedade, às idéias, valores, motivos, preferências e símbolos. Esta categoria inclui as teorias místico-sentimentais, cujas explicações são de base teológica ou metafísica e reconhecem a guerra como inevitável, por ser de essência divina, não podendo o homem senão obedecer a essa vontade sobrenatural. A guerra seria, então, o instrumento divino para o progresso moral, intelectual e físico da humanidade. A admissão de que os homens podem se matar, devido a suas diferenças de idéias a respeito de Deus, vem sendo há muito ridicularizada. Entretanto, essas idéias básicas incorporam os valores fundamentais da sociedade, e os homens lutarão para preservar seus valores e símbolos e evitar que sofram a imposição de valores estranhos. Os homens preferem suas próprias crenças, suas próprias maneiras e sua própria visão interior da verdade, que consideram superior à de outros povos.

A defesa de instituições representativas e liberdades humanas contra ditaduras, tiranias e totalitarismo representam um fator relevante nos objetivos da 2.ª Guerra Mundial e na própria criação da Aliança do Atlântico, após a guerra.

A segunda categoria de teorias — a das que buscam as causas da guerra no íntimo do homem — se relaciona com os *instintos e forças inconscientes* da vida do homem. Inicialmente, foram os psicólogos que apelaram para os instintos, principalmente o instinto de luta. Agora são os biólogos — as ciências naturais e biológicas estão em grande moda atualmente — que apontam na estrutura genética do indivíduo certos fatores que o levam a determinado tipo de conduta para com o próximo, revitalizando a

tese do instinto. O homem então conservaria vestígios de instinto que determinam uma conduta inata, sobressaindo dentre eles o *instinto de agressão* que pode ser considerado como o instinto vital de conservação da espécie. Essas teorias admitem a guerra como processo de seleção coletiva e o desejo de poder como um instinto vital.

A terceira categoria de teorias é a das que buscam as causas da guerra nas instituições criadas pelo homem. A guerra será, então, resultante dos impulsos e necessidades da vida em sociedade, que, às vezes, chegam a conduzir os homens contra suas crenças. Esta categoria inclui:

— as *Teorias Psicossociais*, que destacam, entre outros aspectos, a correlação entre o conflito externo e o interno, a imperiosa necessidade de conservação do tríplice INIMIGO — ALIADO — HERÓI como motivação para o altruísmo da juventude e, ainda, a existência ou formação dos chamados "centros demográficos explosivos". Todos esses aspectos seriam causas de guerra, associados ou não a outros fatores.

— as *Teorias Econômicas*, que atribuem as causas das guerras a interesses econômicos, considerando que os demais fatores apenas mascaram os verdadeiros intuitos de possuir cada vez mais. De acordo com essas teorias, o que existe, no fundo de tudo, é a velha luta pela sobrevivência ou por maiores riquezas, racionalizadas com outras motivações para não ferir códigos de ética e valores.

— por último, as *Teorias Políticas e Ideológicas*, que atribuem as causas da guerra aos interesses políticos e ideológicos, pois a guerra entre duas nações é sempre, fundamentalmente, uma decisão política dos governos. Entre essas teorias, é bom lembrar que se inclui a

teoria *marxista-leninista* do imperialismo internacional, que atribui ao capitalismo a principal causa das guerras internacionais. Como quase tudo que deriva do marxismo-leninismo, suas bases são falsamente científicas, e o resultado é o fracasso de suas previsões; tais como: a inevitabilidade da luta entre os países capitalistas, o que é desmentido pela constituição da comunidade européia; — jamais poderá haver qualquer guerra entre estados socialistas irmãos, afirmação contrariada, entre muitos outros, pelo próprio conflito sino-soviético; — a descolonização acarretará o colapso econômico do ocidente, desmentido pela elevação do padrão de vida da Europa Ocidental após a perda ou abandono de suas colônias.

Deixando de lado a impostura das teorias marxistas, não podemos deixar de reconhecer que as *causas políticas* da guerra constituem seu fator determinante. O que resta discernir é se essas causas serão as primeiras, que é o que procuramos para identificar as origens da guerra, ou, apenas, as últimas, sobre o que parece não restar dúvida. A conclusão a que, no momento, podemos chegar, quanto às causas e origens da guerra, é que cada uma das Teorias que sumariamente analisamos enfoca um aspecto da verdade que procuramos. A própria Teoria dos valores ainda tem sua validade, pois o homem continua lutando por aquilo em que acredita. Mas a verdade total ainda não está plenamente determinada.

Passaremos agora ao exame das formas gerais de *evolução da guerra*, que será focalizada apenas em suas grandes linhas.

Ao perscrutarmos a evolução gradativa das transformações da guerra, desde os tempos primitivos até os dias atuais,

observaremos que diversos critérios poderão ser adotados para a fixação dos sucessivos períodos ou fases evolutivas.

O *critério clássico* é o da consideração dos processos de luta, sempre condicionados ao progresso técnico, material e econômico, o qual estabelece as seguintes eras:

— a *era inicial*, caracterizada pelo emprego da *arma branca*;

— a *segunda era*, caracterizada pelo emprego das *armas de fogo*;

— a *era atual*, a partir do término da 2.^a Guerra Mundial e caracterizada pela *desintegração nuclear*, mísseis intercontinentais e comunicações de massa.

Outro *critério*, mais moderno, considera os *objetivos* sucessivos que passaram a ser alcançados pela guerra, estabelecendo as seguintes fases:

— 1.^a fase, em que se atuava quase exclusivamente sobre as forças combatentes, limitando-se a guerra, na prática, ao *campo de batalha*;

— 2.^a fase, após o aparecimento da aviação, no fim da 1.^a GM, em que a guerra passou a abranger não só o campo de batalha, como, também, a *retaguarda*, atuando sobre o complexo econômico e a população das grandes cidades;

— 3.^a fase, a partir da 2.^a Guerra Mundial, em que, ao lado das bombas termonucleares e dos foguetes intercontinentais, surge a violência psicológica, empregando as modernas técnicas de condicionamento da opinião difundidas através dos mais aperfeiçoados meios de comunicação de massa.

A evolução da guerra seria, assim, caracterizada, em suas grandes linhas, pelas fases sucessivas de *atuação no campo de batalha*, *atuação no interior dos Estados* e *atuação sobre a mente dos homens*.

Finalmente, julgo interessante considerar o *critério sociológico*, que mostra a evolução da guerra de acordo com as grandes mutações das sociedades nacionais e internacionais, estabelecendo três datas como marcos evolutivos:

— 1775: o povo e a ideologia na política e na guerra, começo do declínio das sociedades principescas;

— 1914: a sociedade internacional e o poderio industrial na guerra;

— 1945: explosão científica e tecnológica, que submete o mundo a novos padrões de conforto, acentuada dependência mútua e permanente ameaça de destruição nuclear.

Como vemos, qualquer que seja o critério adotado, 1945 representa o início de uma nova fase de evolução da guerra, compreensão esta fundamental para que se possa estabelecer um conceito atual para a guerra. Realmente, a libertação do átomo iniciou uma nova Era, para o bem ou para o mal, na História da Humanidade. Acresce que ela não foi um fato isolado no avanço científico e tecnológico, surgindo no bojo de uma série fantástica de novas descobertas, invenções e aperfeiçoamentos que mudaram inteiramente o modo de vida e até o comportamento de vastas parcelas da humanidade. Realce maior, sem dúvida, cabe ao desenvolvimento espetacular da eletrônica e das comunicações. É fácil imaginar o reflexo de tais inovações no meio militar e na própria conduta da guerra. Mais adiante, teremos que analisar em mais detalhes alguns aspectos relativos ao fato nuclear.

Parece-me que, agora, já temos observações e dados suficientes para serem cotejados com os ensinamentos dos grandes pensadores, buscando, em especial, as teorias e conceitos de KARL VON CLAUSEWITZ, contidos em sua

obra clássica DA GUERRA. Ela é constituída de 8 livros, dos quais ele considerou completo apenas o primeiro capítulo do primeiro livro. Publicados após a morte do autor, é no livro I que ele realça a natureza da guerra, a importância do objetivo político e a diferença entre a teoria e a prática, elementos básicos para a compreensão da guerra.

A obra de CLAUSEWITZ é atualmente reconhecida como o primeiro estudo baseado em observações científicas e na análise objetiva dos princípios de guerra, além de conter um conjunto de pensamentos aplicáveis à evolução da História e da Arte Militar.

Infelizmente, examina-se sua obra mais em termos de citações famosas, sem levar em consideração o sentido que queria transmitir. Ele estava imbuído do espírito de busca pelo absoluto, no que foi grandemente influenciado pela atração que sentia pelas obras de Kant, professor de Lógica e Metafísica na Universidade de Königsberg. Para Kant, existia uma razão "pura", algo absoluto que serviria de medida para todo o raciocínio. Clausewitz, em sua busca da verdadeira natureza da guerra, supôs, em termos "Kantistas", a existência de uma forma arquetípica de guerra, ou seja, uma regra para orientar a conduta da guerra.

Clausewitz definiu a guerra como "um ato de violência destinado a compelir o adversário a cumprir nossa vontade". E, considerando a violência como o meio específico da guerra, condenou a introdução de qualquer espírito de benevolência na filosofia de guerra, afirmando que nenhum adversário se submeterá à nossa vontade se não estiver desarmado ou sem condições de reagir. E, uma vez que ambos os adversários terão os mesmos objetivos, as ações recíprocas conduzirão a extremos e, dessa

forma, complementa sua definição, dizendo que "a guerra é um ato de violência impelido ao seu limite máximo".

Assim, no plano abstrato, Clausewitz chega à noção de "guerra absoluta" para, em seguida, observar: "Ao raciocinar no campo abstrato, a mente não pode deixar de ir a extremos... Tudo adquire, porém, forma diferente, quando se passa do campo das abstrações para a realidade". A fim de distinguir a "guerra real" da "guerra absoluta", Clausewitz instituiu o conceito de "atrito", observando que o ambiente de guerra é constituído de perigo, esforço físico, dificuldade de informações, incertezas e probabilidades. Estas são algumas das causas que impedem que a guerra real se aproxime da guerra teórica e planejada.

As maiores contribuições de Clausewitz para a teoria da guerra, reconhecidas até por vários de seus detratores, foram a primazia dada ao fator político e a ênfase atribuída aos fatores psicológicos.

Afirmou o genial pensador: "A guerra não é somente um ato político, mas um verdadeiro instrumento político, no prosseguimento das relações políticas, uma realização desta por outros meios". Complementou dizendo: "... não se pode separar a guerra das relações políticas e se, na consideração do assunto, isto ocorrer em alguma parte, todos os laços das diferentes relações estarão partidos e teremos diante de nós uma coisa absurda, sem objetivo".

Mais adiante, após admitir a possibilidade de modificar o objetivo político, devido à deficiência dos recursos bélicos, conclui: "pois o objetivo político é o fim, enquanto a guerra é um meio e não se pode conceber o meio independentemente do fim".

Transcrevemos propositadamente muito mais que a simples e repetida citação de que "a guerra é a continuação da política por outros meios" para deixarmos bem claro que, já no pensamento de Clausewitz, a guerra não é a *continuação* no sentido de *substituição* da Política. Ela é, na realidade, um *instrumento*, uma expressão da Política, do mesmo modo que a diplomacia. Mas, enquanto a diplomacia tenta *convencer*, a guerra visa a *coagir*.

Após esse mergulho no pensamento de Clausewitz, parece-me termos adquirido compreensão suficiente para analisarmos algumas concepções de guerra atuais.

A *concepção clássica da guerra* como luta armada entre Estados, submetida a convenções que marcam seu começo e seu fim, está em grande parte ultrapassada. Em nenhum dos 191 conflitos surgidos após 1945 houve prévia declaração de guerra, e a tendência é pela supressão do Tratado de Paz. Por sua vez, o critério tradicional de considerar Guerra e Paz como noções mutuamente excluídas perde cada vez mais sua validade. Desde o término da 2.^a Guerra Mundial, temos visto uma sucessão de crises internacionais que atingem o máximo da pressão recíproca suportável, mas assim permanecem sem solução, num estado de tensão agonizante, pois nenhum dos estados envolvidos quer tomar a iniciativa de uma decisão que possa levar ao confronto direto.

Essa situação fluida, de ameaças que não se concretizam, de agressões apenas esboçadas, assemelham-se em muito às técnicas dos ilusionistas de palco, que chamam a atenção do espectador para aspectos "inocentes", enquanto utilizam outros recursos para consumir sua "mágica". O "equilíbrio do terror" entre as

duas superpotências, como veremos adiante, é uma das causas das crises indefinidas dos nossos dias, mas seu elemento fundamental é a *concepção marxista da guerra*, cujos postulados estabelecem:

— a guerra é permanente, total, universal e global;

— a guerra é a regressão da luta de classes, em que a massa humana é o terreno a libertar e a transformar;

— a guerra revolucionária, como guerra horizontal das classes, condiciona a guerra vertical entre as nações;

— a guerra não é exclusivamente uma luta armada, pois esta surge apenas como um caso particular de um fenômeno permanente e nem sempre é seu aspecto mais importante;

— a guerra não pode subordinar-se a limitações morais ou a convenções; não havendo moral nem justiça eternas, todos os meios são justos, desde que contribuam para o fim colimado;

— a guerra coexiste com a paz e, assim, não implica necessariamente na ruptura de relações aparentemente pacíficas.

Na realidade, isto não é apenas a *concepção marxista da guerra*, mas a própria *concepção marxista da vida*; por isto, principalmente, ela repugna à mentalidade ocidental, desenvolvida sob o influxo da doutrina cristã do bem e do mal, do certo e do errado, e crendo firmemente na existência de uma Moral Eterna. Embora há muito ultrapassada a doutrina medieval da guerra justa, o ocidente insiste no respeito à dignidade da pessoa humana como dom divino e não pode aceitar nem a guerra permanente, nem sua coexistência com a Paz, ou seja, a coexistência de inimigos que se fingem de amigos enquanto um deles não se descuida ou se deixa enfraquecer. O

mundo ocidental aceita a guerra apenas como recurso extremo a que se pode ou deve recorrer para dirimir conflitos que não puderam ser resolvidos por outros meios. A Paz continua a ser seu supremo anelo. Se a guerra dificilmente pode ser justa, uma vez que violência gera violência e ela termina por escapar a qualquer controle, pelo menos na Paz, o mundo ocidental busca alcançar a Justiça.

Interessante é que, apesar de opostas em seus aspectos filosóficos e morais, as duas concepções, a marxista e a ocidental, são ambas fortemente influenciadas pelos pensamentos de Clausewitz. A diferença é que o Mundo Ocidental aplica os ensinamentos de Clausewitz na guerra, enquanto os comunistas os aplicam na paz. Aliás, em palestra anterior, já observei que, na edificação de doutrina política do comunismo, LÊNINE foi mais influenciado pelo pensamento de Clausewitz que pelas idéias sociais de Marx. Daí a organização do Partido Comunista em termos militares, o estabelecimento de uma estratégia e uma tática revolucionárias e a conclusão de que a revolução deve ser obra de especialistas, fundando escolas de diferentes níveis para os revolucionários profissionais, numa perfeita imitação ou preparação militar profissional.

Após o exame que fizemos da natureza da guerra, suas causas e sua evolução, da recordação dos ensinamentos de Clausewitz, o maior pensador militar da História, e da ligeira análise das atuais concepções da Guerra, parece-me que adquirimos a compreensão suficiente para que se possa anunciar um conceito de guerra atualizado.

De tudo que vimos, deve ser ressaltado o aspecto político da guerra. Se a guerra é um ato político, que resulta de uma situação política e visa a um objeti-

vo político, a vitória deve ser avaliada também em termos políticos, e não, apenas, em termos militares de destruição do inimigo.

É evidente que a vitória militar é condição necessária para que se possam atingir os objetivos políticos da guerra, mas as medidas mais eficazes para *ganhar a guerra*, do ponto de vista militar, não são, necessariamente, as mais indicadas para que se atinja o objetivo político de *ganhar a Paz*.

Daí a formulação de um CONCEITO DE GUERRA que submeto à meditação dos presentes:

A GUERRA É A EXPRESSÃO VIOLENTA DA POLÍTICA NACIONAL QUE VISA COMPELIR O ADVERSÁRIO A ACEITAR NOSSAS CONDIÇÕES DE PAZ.

Neste conceito procuro incluir as características que considero essenciais à guerra:

- sua natureza política;
- a violência, que subentende o emprego ou ameaça de emprego de forças armadas, associadas ou não a outros meios;
- a necessidade de capitulação do adversário;
- e a finalidade precípua de obtenção de uma melhor situação de Paz, uma paz verdadeira, a Paz pela qual nosso povo anseia.

E que me parece fundamental é aceitar o erro cometido pelos aliados na 2ª Guerra Mundial e que LIDDELL HART assim resumiu:

“Não olharam além do objetivo estratégico imediato de *ganhar a guerra* e ficaram satisfeitos em assistir que a vitória militar

O ENIGMA NUCLEAR E AS GUERRAS ATUAIS

Com o advento da era nuclear, a definição de guerra enunciada por Clausewitz (continuação da política por outros meios) passou a ser frequentemente criticada e dada por obsoleta. É que não se conseguia uma resposta satisfatória para a pergunta que passou a intrigar grande número de pensadores: "Que objetivos políticos poderão ser alcançados pela guerra nuclear?"

É que a destruição causada pela guerra nuclear, segundo se prevê, é tal que só permite atingir um único objetivo político: a sobrevivência da nação vencedora, em meio ao caos inconcebível formado pelos remanescentes de uma civilização destruída.

Mas Clausewitz advertiu que sua obra não deve ser interpretada como um dogma, mas sim, como uma diretriz e uma fonte de orientação. E ele sugere, ao tratar do objetivo da guerra, que o objetivo político pode ser alterado para conformar-se ao caráter específico dos meios disponíveis. Ora, objetivos políticos ilimitados exigem forças também ilimitadas, o que poderia estender as consequências da guerra além das suas finalidades políticas. Assim, somente pela limitação do objetivo político poderão as nações minimizar os riscos da guerra nuclear.

A conclusão, pois, é que a definição não está ultrapassada; o meio é que se tornou exagerado. Mais do que nunca, a sobrevivência da espécie passou a depender do próprio homem.

Isto porque o homem, esse aprendiz de feiticeiro que se esforça por imitar Deus e a Natureza, apresenta como uma de suas características marcantes os dois poderes que roubou da própria Natureza

e continuamente desenvolve: — o poder de criação e o poder de destruição. Mas, enquanto os poderes da Natureza, embora por vezes violentos, são equilibrados por outras forças da própria Natureza e limitados por acidentes geográficos, o poder de destruição do Homem, com a descoberta das armas nucleares, biológicas e químicas ultrapassou nitidamente não apenas seu poder de criação, como sua própria capacidade de recuperação, tornando-se capaz de destruir a totalidade da espécie humana e seu planeta — a Terra.

A capacidade de destruição da guerra termo-nuclear é simplesmente aterradora. Pergunta um estudioso de seus efeitos: — Se um Estado perde 75% de sua população e 90% de sua capacidade produtiva, os sobreviventes se consolarão ao saber que o inimigo perdeu ainda mais, cerca de 85% de sua população e toda sua capacidade produtiva?

Será compensadora a vitória em tal hipótese, ou os vivos invejarão os mortos?

O Mal da RAF, Lord Tedder, afirmou: "Uma guerra com o emprego da arma nuclear não seria um duelo, mas, antes, um suicídio mútuo".

É este é o dilema das superpotências: para preservar as coisas que mais amam, construíram e acumularam poderosos arsenais nucleares, embora sabendo que o uso dessas apocalípticas armas pode destruir tudo aquilo que tentam defender.

A libertação do átomo e, em particular, a paridade que acabou sendo estabelecida entre as duas superpotências, cada uma com capacidade de destruir a outra pelo menos quatrocentas vezes, conduziu o mundo atual a um impasse, significativamente chamado de equilíbrio do terror. Que soluções então tentaram os

homens para resolvê-lo? Eliminá-las, renunciando ao seu emprego? Jamais. O que por duas vezes se obteve, foi a sua limitação, quanto às armas estratégicas, nos célebres Acordos SALT I e SALT II, mas limitação na base de manutenção do "status quo". O último acordo desse tipo ainda não teve aprovação final e, com isto, a própria "detente" está ameaçada.

Mas, enquanto negociam, os homens continuam desenvolvendo essas armas, aperfeiçoando seu emprego. As primeiras bombas atômicas eram acusadas de serem armas de dois gumes, devido aos efeitos imediato e remanescente da irradiação. Isto impedia a utilização da área destruída, por largo período, além de tornar impossível a localização de seus efeitos a uma área restrita. Desse modo, tornava o poder de destruição do homem pior que o da própria natureza, pois, por mais violenta que seja uma catástrofe, um cataclismo era sempre localizado. Partiu-se, assim, para as "bombas limpas", com efeito radioativo reduzido.

Obtida a redução sensível da radioatividade, logo depois surgiram as "bombas táticas", de poder destrutivo limitado, para que fosse possível seu emprego no campo de batalha, com o que se imaginava a possibilidade de realizar uma guerra nuclear limitada, sem os riscos da hecatombe que seria provocada pelas armas nucleares estratégicas. Era uma tentativa de estabelecer dois estágios na guerra nuclear.

Mas a preocupação com o ataque estratégico continuou e, como o problema foi colocado na base do tempo, isto é, de saber quem poderia destruir o adversário em menos tempo, partiu-se para as ogivas múltiplas, ou seja, para o ataque

simultâneo a vários objetivos com o lançamento de um único foguete.

Por sua vez, a possibilidade de localização das armas estratégicas enterradas em silos levou à construção de submarinos, para o seu lançamento de locais submersos, continuamente modificados e até mesmo em movimento.

Enfim, não havendo limites para a imaginação humana, os arsenais continuaram crescendo dia a dia, tanto em qualidade como em quantidade. Mas, além desse crescimento contínuo, que outros resultados foram obtidos?

O impasse continuou, porque o aperfeiçoamento de um lado era seguido pelo outro. Com seu caráter devastador, as armas nucleares passaram a se constituir em óbice do próprio emprego, pois a iniciativa de um lado pode provocar a represália imediata e maciça do outro. As diferentes e sucessivas doutrinas elaboradas para seu emprego são mais doutrinas de não-emprego, ou melhor, de restrição de emprego, passando elas a representar mais um terrífico fator de dissuasão que propriamente um artefato ofensivo, como foram inicialmente imaginadas.

A própria bomba nuclear tática (de meio quiloton) dificilmente será empregada, pois chegou-se à conclusão de que a guerra nuclear é como a gravidez. Assim como a mulher não pode estar apenas "um pouco grávida" — ela estará, ou não grávida — a guerra futura será, ou não, nuclear. Será difícil admitir que, uma vez desencadeada a guerra nuclear no campo tático, o país que estiver inferiorizado nesse campo renuncie ao emprego de suas armas estratégicas, colhendo as vantagens do "primeiro golpe", quando já conta com o argumento de que a guerra já é nuclear, e não há

mais como ater-se a um falso "complexo de virgindade".

Agora, discute-se a fabricação da chamada "bomba de neutron". É uma espécie de retrocesso, ou melhor, um retorno ao ponto de partida, para o prosseguimento numa outra direção. O raciocínio é o seguinte: — Se a bomba tática, que é uma bomba nuclear praticamente "limpa", não produziu os resultados esperados, voltemos à bomba "suja" e façamo-la tão suja que contenha somente sujeira, isto é, radioatividade, sendo mínimos seus efeitos explosivos e térmico. Essa bomba terá a possibilidade de matar todos os seres vivos que estiverem dentro do seu raio de ação, sem ocasionar praticamente nenhuma destruição material. Mas o que ninguém ainda pôde afirmar é se ela não será também considerada mais um tipo de arma nuclear em vez de admiti-la como sendo apenas uma arma biológica.

Na realidade, a guerra nuclear ainda não aconteceu, e tudo quanto sabemos a seu respeito é mais fruto do estudo e da pesquisa. Hiroxima e Nagasáqui permanecem apenas como trágicas demonstrações da realidade de sua existência, na época em que havia monopólio atômico absoluto. Após 1945, não houve senão tentativas nucleares na Coreia e na Indochina, uma chantagem nuclear em Suez, (1956) e duas crises nucleares (Cuba, 1962 e Suez, 1973), além da ocorrência de dois ou três alarmes falsos. A guerra nuclear é a grande incógnita da Humanidade neste final de século.

Mas não podemos deixar de reconhecer sua existência. Embora difícil de imaginar seu desencadeamento por cálculo, temos também que admiti-lo

por desespero, engano ou acidente. E, nesses casos, seria a guerra conduzida de acordo com os ensinamentos dos velhos mestres como Clausewitz?

Já vimos que o próprio objetivo político da guerra teria que ser limitado, se quisermos minimizar o risco de transformar a guerra numa catástrofe. Diversos outros aspectos da obra clássica de Clausewitz precisam ser revistos ou, pelo menos, melhor compreendidos. A principal dificuldade de compreensão resulta da dualidade de pensamento de Clausewitz, no que, aliás, reflete a influência de Kant. A noção de guerra absoluta e guerra real é o exemplo típico, que muitos não assimilaram, pois ele se referia ao absoluto somente em termos abstratos, para depois afirmar que a guerra não é abstrata, é real e sofre as limitações de toda ordem, que denominou de "atrito". Assim, baseado nas condições militares do século XIX, algumas de suas condições que impediam a guerra absoluta estão atualmente invalidadas na era nuclear, tais como:

— "A guerra não é um ato isolado, que se origina repentinamente e sem relação com acontecimentos anteriores". É que, no seu tempo, eram necessários semana e meses para reunir e deslocar um exército. Hoje, a guerra nuclear pode eclodir quase instantaneamente.

— "A guerra não consiste em um só golpe sem continuidade." Hoje, um ataque inicial com armas termonucleares pode, por si só, determinar o término da guerra.

— "O resultado da guerra nunca é absoluto". Ora, as conseqüências devastadoras de uma guerra termonuclear são

de tal magnitude que invalidariam qualquer esperança de sobrevivência do Estado atacado. Se a derrota for considerada segundo o conceito de Clausewitz, ela significaria a extinção do país derrotado.

Em síntese, a guerra total imaginada no abstrato por Clausewitz tornou-se possível, atualmente, na esfera do real.

Podemos, então, concluir que a arma nuclear seja um fator de paz? Realmente, como dissemos há pouco, a guerra nuclear até agora não ocorreu, mas, informa-nos a Polemologia, nos trinta anos que se seguiram à "demonstração" de Hiroxima (1945-1975), houve 191 conflitos, sem um único dia de paz.

A suposição de que o poder nuclear elimine a guerra é, pois, errônea e ilusória. A elevação da capacidade de destruição a um extremo "suicida" fez surgir novos e mais aperfeiçoados meios de guerra convencional, além de estimular e acelerar o retorno aos métodos indiretos de estratégia. O pavor do apocalipse nuclear tornou as guerras atuais indiretas, localizadas e limitadas.

O CONHECIMENTO DA GUERRA

Logo após a Religião, o assunto sobre o qual mais se escreveu até hoje é a Guerra. Talvez por isso, uma das maiores bibliografias existentes é a relativa à vida de Napoleão; é que o genial corso, além de ter sido considerado o maior chefe militar da História, foi, também, por muitos, comparado a um Deus.

Além dos militares que, por dever de ofício, precisam vivê-la e, portanto, necessitam conhecê-la em todos os seus aspectos, a guerra, esse "drama apaixonante e assustador", a que se refere JOMINI, tem atraído a atenção e o interesse de intelectuais de todos os ramos do saber, e de profissionais das mais distintas ca-

tegorias. Escritores, poetas, historiadores, filósofos, pensadores, sociólogos, biólogos, antropólogos, psicólogos, juristas, físicos, matemáticos, astrônomos, religiosos, economistas, enfim, todos julgam conhecê-la, muitas por terem-na vivido ou sentido seus efeitos. Entretanto, como observa o Prefácio de O DESAFIO DA GUERRA, a Humanidade sabe calcular, quase em uma fração de segundo, os eclipses dos satélites do planeta Júpiter; sabe construir computadores capazes de operar dezenas de milhões de dados; mas não sabe prever nem evitar as guerras. É que, durante milhares de anos, as sociedades humanas foram universos morais, os homens se interessando mais por normas políticas, religiosas e ideológicas, que por explicações científicas.

Talvez onde menos se discutam os aspectos gerais da guerra seja justamente nas Escolas Militares: naturalmente, não estou me referindo a *assuntos de guerra* e sim, à *guerra em si*. É que a especialização, enfocando aspectos particulares e ampliando os detalhes, faz-nos, muitas vezes, perder a noção do conjunto.

Somente a partir do século passado é que surgiram as primeiras tentativas de elaboração de teorias científicas da guerra e, ultimamente, como já nos referimos, surgiu a Polemologia, como ciência da guerra em geral, pesquisando, com base na estatística, e sob o enfoque sociológico, a natureza, as causas, os efeitos e as funções da guerra.

Assim, aos poucos, os conhecimentos sobre a guerra vão sendo ampliados e talvez um dia possamos elaborar uma teoria científica que explique a razão da guerra. Mas essa teoria terá que contar com o concurso de muitos campos e muitas disciplinas: a psicologia, a psicossociologia, a biologia, a história, as ciên-

cias políticas, a sociologia, a antropologia, a teoria das comunicações, a estratégia e também as ciências normativas, a religião, a teologia, o direito e a filosofia.

Antes de prosseguir, peço permissão aos ilustres ouvintes para abrir um pequeno parêntese nesta exposição e fazer uma ligeira especulação sobre o comportamento humano.

Mesmo que prescindam de algum rigorismo científico, pelo menos me têm sido muito úteis na ordenação das idéias.

O Homem se comporta como se fora constituído basicamente de quatro faculdades:

SENTIR, PENSAR, JULGAR, AGIR

Pelo sentimento, pela faculdade sensorial, através dos sentidos, portanto, ele *apreende* os aspectos e aparências das coisas e é afetado pelas emoções boas ou más, agradáveis ou desagradáveis que essa percepção lhe traz, caracterizando um *desejo*.

Pelo pensamento, pela faculdade intelectual, através dos processos mentais de que for capaz, ele *compreende* a natureza das coisas, e percebe o que pode julgar ou contrariar seus *interesses*.

Por último, citamos a faculdade de agir, pela qual, através do esforço físico, ele *empreende* suas *ações* no plano material.

Mas o homem consciente e responsável não permite que sua faculdade de agir se torne reflexa de um sentimento traduzido em simples desejo ou mesmo de um pensamento que aponte seu interesse no caso. Ele, antes de se materializar uma ação, passa os desejos e interesses pelo crivo de sua faculdade superior, a de julgar, compara as possíveis atitudes com a *escala de valores* incorporada a seu Eu e *decide* o que realmente *quer fazer*, isto é, qual a sua *vontade* em cada caso.

Pois bem, a cada uma das faculdades do homem corresponde o desenvolvimento de uma forma de conhecimento. Assim:

— à faculdade superior de julgamento corresponde o estabelecimento de um critério de valores e a busca da compreensão da realidade em sua totalidade, mediante a reflexão sobre o próprio conhecimento adquirido, ou seja — a Filosofia:

— à faculdade intelectual corresponde o conhecimento certo e metódico dos fenômenos, mediante o levantamento de hipóteses comprovadas pela observação e o estabelecimento de Teorias que expliquem a razão de ser do fenômeno; ou seja — Ciência;

— à faculdade de agir corresponde a adaptação dos conhecimentos científicos, elaborados no plano abstrato, à realidade do mundo material, mediante o estabelecimento de métodos e processos de execução prática, ou seja — a Técnica;

— finalmente, à faculdade de sentir corresponde a capacidade de interpretação das técnicas e seleção das mais adequadas à obtenção do efeito desejado; ou seja — a Arte.

Conforme ensina a Moderna Filosofia, a filosofia não é um saber — desde que no mundo moderno a função de conhecimento é preenchida pela ciência — mas uma reflexão crítica sobre o saber. Ela não só não é um *saber* como não é um *poder*, pois no mundo atual o poder do homem é expresso pela técnica.

O terrível perigo suscitado pelo desenvolvimento das armas nucleares, assim como os perigos de "robotização" trazidos pela mecanização de nossas vidas, evidenciam, incontestavelmente, que a técnica não substitui a sabedoria, do mesmo modo que a ciência não substitui

a filosofia. A técnica só fornece *meios* ao homem; ela emudece quanto aos *fins* que devem guiar nossa conduta. Somente a filosofia levanta o problema dos *valores*.

Fechemos o parêntese e voltemos ao Tema.

O conhecimento da guerra abrange as quatro formas do saber humano, existindo, pois:

- Filosofias de Guerra;
- uma Ciência da Guerra;
- Técnicas de Guerra;
- e a Arte da Guerra.

Eles podem também ser considerados sob dois aspectos:

— como *Teoria*, isto é, estudo abstrato e subjetivo, de natureza intelectual e moral, de âmbito universal e finalidade explicativa, aspirando a ser definitivo e permanente; compreende a Filosofia e a Ciência;

— como *Prática*, ou seja, como *Ação*, e por isso concreta, objetiva, sistematizadora, particularizada para o espaço geográfico e os recursos disponíveis, adequada ao ambiente social e cultural, e, portanto, evolutiva; abrange as Técnicas e a Arte.

A Filosofia de Guerra de um país é fruto da mentalidade de seu povo e é traduzida em sua *Concepção da Guerra*, que, em síntese, é o modo de encarar e conduzir a guerra, pelo país. Assim, a Concepção de Guerra Norte-Americana, além da decisão firme de fazer a guerra em outros continentes e nunca em seu território, ainda dá ênfase ao uso dos meios materiais para, em qualquer circunstância, preservar as vidas humanas. Um documento do Senado Norte-Americano diz textualmente: "Tendo em vista que o progresso científico exerce uma influência crescente sobre o caráter e a conduta, da guerra, e que o pa-

trimônio mais importante da América é a vida de seus cidadãos, devemos basear nossa segurança em organizações militares que utilizem ao máximo a ciência e a tecnologia, a fim de diminuir o número de homens". Em outro trecho, assinala um aspecto particular da ameaça: "Os comunistas sabem que a base física de todo o nosso poderio militar é a nossa economia e que, se esta economia puder ser danificada e sabotada, o efeito poderá ser tão desastroso para nós quanto uma grande derrota militar". Em resumo, sua concepção da guerra busca preservar a vida de seus cidadãos, proteger sua capacidade de produção e utilizar ao máximo os recursos da ciência e da tecnologia. Esses princípios contrastam, por exemplo, com a pequena preocupação do pensamento militar da China com a proteção da vida e com a ênfase dada às operações de guerrilhas, propugnadas por Mao Tsétung. Já a Concepção de Guerra soviética, exposta nos Anais do XXº Congresso do Partido Comunista, ressalta a importância de sincronizar as manifestações das massas proletárias com a execução das operações do Exército Vermelho e com o emprego em massa de forças aéreas, de foguetes de diferentes tipos e de artefatos de extermínio em massa, como as armas term nucleares, químicas e bacteriológicas. No emprego das armas convencionais, a preocupação com a massa de fogos e de materiais supera a ênfase dada à manobra e à mobilidade. A iniciativa, a surpresa, o choque e o ímpeto de uma ofensiva maciça dominam claramente os conceitos soviéticos sobre a conduta da guerra. A opinião soviética é de que a melhor maneira de lutar e vencer é ser o primeiro, com o ataque mais eficaz. Para isso, suas forças devem ser organizadas desde o tempo de paz, ainda que

isto desagrade ao inimigo potencial. Tencionam, inclusive, manter os campos de batalha afastados de sua periferia.

Assim, a filosofia de guerra varia de país para país, conforme a escala de valores adotada, do mesmo modo que variam os sistemas filosóficos conforme a preeminência dada por cada filósofo a um aspecto da realidade.

Já a *Ciência da Guerra* pretende ser universal, pois considera a guerra no seu aspecto fenomenológico, como coisa sujeita à observação do exterior e na sua totalidade. A Ciência elabora Teorias para explicar a natureza, as causas e os efeitos da guerra e, de acordo com as Teorias, estabelece as *Leis da Guerra*.

Essas leis costumam ser grupadas em *Leis Permanentes* e *Leis de Evolução*. Enquanto as primeiras procuram explicar a guerra em si, na sua essência, estabelecendo as condições para que ela seja possível com êxito, as outras devem permitir uma previsão sobre as condições de uma guerra futura.

O primeiro estadista a falar em Leis da Guerra foi CLAUSEWITZ que, inclusive, cita várias delas, como a de atrito e a de proteção. FOCH, em seus *Princípios de Guerra*, também fala em Leis, distinguindo-as dos Princípios, e cita expressamente a de movimento. A sistematização adotada é a exposta pelo Gen DE LA CHAPELLE que, reunindo idéias de vários autores às suas, consegue uma base aceitável.

As *Leis Permanentes* compreendem:

1) — *Lei da Vontade ou das Forças Morais*: — Se a guerra é uma dialética de vontades, antes de mais nada é preciso *querer* travar a guerra, aceitando seus riscos e conseqüências. Só é vencido aquele que se reconhece como tal.

2) — *Lei do Movimento*: — O movimento é um fator intrínseco à própria

natureza da guerra. Mesmo que, inicialmente, os adversários lutem à distância do alcance de suas armas ou que haja períodos de imobilização mais ou menos prolongados, como ocorreu na 1.^a Guerra Mundial, somente após o início, ou reinício, do movimento das forças em presença é que se terá uma decisão. O movimento é explorado particularmente na *manobra*, que é um movimento feito com a finalidade de romper o equilíbrio de forças.

3) — *Lei do Choque*: — A necessidade de decisão conduz logicamente a uma prova de força, ao choque dos adversários, em que um procurará sobrepor-se ao outro, levando-os à batalha.

4) — *Lei da Ofensiva*: — Não se pode imaginar uma guerra sem intenção ofensiva, pelo menos de uma das partes. A ofensiva é a alma da guerra, só ela permite forçar a decisão e alcançar a vitória.

5) — *Lei da Proteção*: — É outra lei indispensável à execução da guerra. Para o chefe, a proteção assegura a necessária liberdade de ação para decidir, e, para as próprias forças, ela significa a segurança contra as ações do adversário.

6) — *Lei da Surpresa*: — A guerra é o domínio do inesperado, que provoca o desequilíbrio, dificulta a reação pronta e eficaz e facilita o sucesso de quem a obtve.

7) — *Lei do Atrito*: — Foi CLAUSEWITZ quem primeiro observou que a tensão do perigo constante, o cansaço físico, o desgaste do material, a incerteza originada por erros ou falta de informações e inúmeras outras circunstâncias dificultam ou retardam a execução de operações cuidadosamente planejadas.

8) — *Lei das Probabilidades*: — A guerra é um jogo. Exige simultaneamente coragem e cálculo, jamais o cálculo

excluindo risco; isto é, comporta um jogo de probabilidades e azares.

As *Leis da Evolução* explicam como se processa a evolução da guerra, determinam as tendências gerais do futuro conflito e propiciam um melhor esforço de preparação. Compreendem:

1) — *Lei da Semelhança*: Apesar da evolução da técnica, os conflitos sucessivos conservam determinadas constantes. A guerra mantém-se fiel a si mesma.

2) — *Lei do Incremento*: Há uma tendência para a exasperação da violência e para o gigantismo, o que faz com que cada guerra se processe com mais violência que a anterior e se expanda, tanto no aspecto espacial, como no das formas de ação.

3) — *Lei da Aceleração e Contradição*: É a lei que traduz a velha luta entre o canhão e a couraça, em que o aumento da potência de um é contraditado pelo reforço da outra. Além de assinalar a contradição, a lei destaca a aceleração dessas melhorias alternadas, como se pode observar no extraordinário desenvolvimento dos meios de fogo — em cadência, potência e alcance, no aumento da mobilidade do equipamento, até no crescente custo financeiro da guerra.

4) — *Lei da Descontinuidade*: Esta lei mostra que o incremento e a aceleração não são obtidos de maneira perfeitamente coordenada e harmônica, havendo, por exemplo, aumento de potência sem aumento da mobilidade, melhoria da eficácia do fogo sem o aumento da blindagem, etc.

5) — *Lei da Vantagem Inicial*: Em 157 conflitos examinados, 63% tiveram resultado favorável a quem tomou a iniciativa, 36% foram desfavoráveis e 11% ficaram indefinidos. Assim, essa vantagem pode não ser decisiva, acabando por

perder-se no decurso da guerra, se a vitória não for alcançada rapidamente.

6) — *Lei da Remanescência*: Os conflitos anteriores influenciam a fase inicial de uma nova guerra, determinando ações e reações baseadas em operações do conflito antecedente.

7) — *Lei do Reequilíbrio*: Corresponde à extinção gradual da remanescência pelo surgimento progressivo da verdadeira fisionomia do novo conflito que, em sua última fase, por sua vez, prenuncia a forma inicial do conflito seguinte.

As leis da guerra que, de maneira muito resumida, como convém a esta ocasião, acabaram de ser citadas, podem ser identificadas em qualquer tipo de conflito, nos grandes, como nos pequenos; ao longo de toda a História, na antiga, como na contemporânea e nas diversas formas de guerra, nas convencionais, como nas irregulares.

Elas se manifestam simultaneamente em ambos os lados, tanto entre os vencedores, como entre os vencidos, pois tratam a guerra no seu aspecto fenomenológico, como coisa sujeita à observação do exterior e na sua totalidade. Não são princípios de ação, pois não se preocupam com a atitude a tomar pelos contendores; mas, se elas não existirem em algum conflito, este deixará de ser uma guerra.

Apesar de bastante resumida sua exposição, creio que deve ter ficado evidente que ainda carecem de maior precisão no enunciado, necessitando de um estudo mais aprofundado que, inclusive, possa comprovar, além da sua necessidade, a sua suficiência. Não quis omiti-la, porém, para que nesta ocasião pudesse ser registrado um dos aspectos da Ciência da Guerra, ou seja, suas Leis.

Passarei agora a referir-me a uma outra forma de conhecimento da guerra —

as *Técnicas de Guerra*. Com isto, entro no campo específico dos trabalhos desta Casa e redobro os meus cuidados para permanecer apenas nos seus aspectos mais gerais.

É que as *Técnicas de Guerra*, que refletem a capacidade de ordenação metódica da faculdade de agir, são consubstanciadas nas *Doutrinas Militares*. Conforme definição do então Gen Castelo Branco, "uma doutrina forma um corpo de princípios, métodos e processos, retirados quase sempre de uma Teoria, ou de várias Teorias, todos adaptados, a fim de atender aos problemas militares de uma Nação, para organizar suas forças, prepará-las para a guerra e levá-las a operações admitidas e previstas".

Diz ainda o grande mestre e antigo comandante desta Escola: "Deve-se, por outro lado, bem compreender que uma DOCTRINA MILITAR é delimitada para uma época e que a sua evolução decorre da influência da ciência e da técnica, do aparecimento de novos meios e da mutação da política de segurança nacional. Não é estabelecida para uma guerra qualquer e sim, para um conflito ou conflitos que uma nação pode admitir em seus antagonismos, na vigência de determinadas hipóteses de guerra".

Em outra parte do seu trabalho, ainda esclarece: "uma doutrina destinada a organizar uma guerra e, na eventualidade de seu desencadeamento, destinada também a fazê-la, tem que assentar em conclusões tiradas de fatos, tem que sair de uma realidade para orientar outra realidade. É o aproveitamento, por meio de um processo pragmatista, do saldo de uma experiência que a História sempre oferece e, em seguimento, o trabalho de imaginação para o emprego de novos recursos".

Não pode haver dúvida, portanto, de que a Doutrina, como técnica processual para fazer determinada guerra, tem que ser prática, objetiva e concreta; ademais, deverá ser conjuntural e evolutiva, ao contrário da Teoria em que se baseia e que, sendo científica, é permanente. A Teoria explica o *porque fazer*, ao passo que a Doutrina, com técnica normativa, diz o *como fazer*.

A Doutrina não cerceia as iniciativas nem as imaginações, pois ela não impõe nenhum esquema. Formando os espíritos na mesma orientação, ela os habitua a encarar as questões do mesmo modo e cria os reflexos que asseguram a ação rápida e justa no campo de batalha.

Essa sua finalidade primordial: — assegurar a indispensável *disciplina intelectual* entre todos os participantes de uma operação militar. Ela desenvolve uma estrutura mental que facilita a tomada de decisões convergentes e possibilita a conquista do objetivo comum.

Apesar do seu caráter evolutivo, as Doutrinas baseiam-se em elementos fixos e invariáveis — os *Princípios de Guerra*. Eles se originam do estudo da História Militar e são praticamente comuns a todas as Forças Armadas do mundo.

Dos Princípios, considerados como fundamentos que orientam a conduta das operações e a própria Arte da Guerra, decorrem certos *corolários*, normalmente menos gerais, e, de ambos, as *regras, preceitos e processos* de execução prática, ainda menos gerais, porque mais concretos e objetivos.

São essas regras, preceitos e processos decorrentes dos Princípios, juntamente com aqueles derivados dos demais fundamentos, tais como a Concepção da Guerra e a Forma Geral das Operações, que vão constituir o alicerce para o em-

prego das Forças Armadas, ou seja, a DOCTRINA. Pode-se, pois, dizer que da penetração dos Princípios na Técnica é que surge a DOCTRINA.

Os PRINCÍPIOS DE GUERRA são normas de ação aplicáveis a todas as situações de guerra e não estão vinculados a um tempo histórico nem são influenciados pela tecnologia.

Os Princípios de Guerra oficialmente adotados são nove. Grupando-os de acordo com a classificação estabelecida pelo EMFA em 1958, teremos:

— *Princípios Gerais*, que estabelecem as linhas mestras da guerra: PRINCÍPIO DO OBJETIVO e PRINCÍPIO DA OFENSIVA.

— *Princípios de Conduta*, que regulam as condições de conduta das operações: PRINCÍPIO DA MASSA, PRINCÍPIO DA ECONOMIA DE FORÇAS, PRINCÍPIO DA MANOBRA, PRINCÍPIO DA SEGURANÇA e PRINCÍPIO DA SURPRESA.

— *Princípios de organização*, que estabelecem as bases de organização para o emprego: PRINCÍPIO DA UNIDADE DE COMANDO e PRINCÍPIO DA SIMPLICIDADE.

Embora enunciados há muito mais tempo que as Leis da Guerra, os Princípios de Guerra também carecem de melhor formulação e de uma desejável sistematização. Sobre o assunto, não há dois autores que emitam opiniões concordantes e, por isso, limitei-me a apresentar os Princípios oficiais, cujo número, entretanto, me parece exagerado. Há três Princípios, por exemplo — MASSA, ECONOMIA DE FORÇAS e SEGURANÇA — que não podem ser explicados isoladamente e, para justificá-los, teremos sempre que fazer referência aos outros dois.

Não quero chegar ao extremo da conclusão do espírito gaulês, que chegava a afirmar, como o fez o Gen GAMELIN, primeiro chefe da Missão Militar Francesa, em conferência no Clube Militar em 1919:

“A Doutrina deve conter *uma só Conceção* de Guerra — a luta entre duas vontades; *um só método* de raciocínio — a aplicação do método cartesiano aos quatro fatores da decisão: missão, inimigo, terreno e meios; e *um só Princípio* — o de Economia de Forças, ou seja, empregar somente o necessário, tudo que for necessário, nada mais que o necessário, onde for necessário e quando for necessário.”

É que, embora dito de maneira magistral, parece-me que isso não é tudo, ou melhor, que a Economia de Forças não é o único fundamento, o único Princípio do qual pudessem ser deduzidas todas as demais normas de ação básicas.

Entretanto, participo inteiramente da idéia de que os Princípios, como normas de ação primárias, devem ser em número reduzido e ter um caráter de generalidade, ao contrário das regras que, sendo mais particulares, objetivas e concretas, podem ser mais numerosas.

Quem sabe se, como fundamentos para a conduta de homens, não poderiam os Princípios serem apenas um para cada faculdade básica perceptível no comportamento humano?

Teríamos então:

— um PRINCÍPIO MORAL: a Vontade de Vencer, traduzida na manutenção de um inquebrantável ESPÍRITO OFENSIVO.

— um PRINCÍPIO INTELECTUAL: a escolha criteriosa de um OBJETIVO, cuja conquista seja capaz de desequilibrar todo o sistema de forças do inimigo

ou, pelo menos, contribuir poderosamente para isso.

— um PRINCÍPIO PSICOLÓGICO: o da SURPRESA que, pelo inesperado, pode desequilibrar não apenas o dispositivo como a própria mente do comandante inimigo.

— um PRINCÍPIO FÍSICO-MECÂNICO: o da ECONOMIA DE FORÇAS, que permitirá concentrar a MASSA no ponto decisivo, destacando apenas o mínimo de meios para as demais necessidades.

As demais normas oficiais — MASSA, MANOBRA, SEGURANÇA, UNIDADE DE COMANDO e SIMPLICIDADE — seriam incluídas entre as muitas Regras que devem orientar as operações de guerra.

Para completar este esboço sobre o conhecimento da guerra, vou agora abordar a mais sutil, a mais intrigante e a mais surpreendente das formas de saber: a *Arte da Guerra*.

Essencialmente criativa, a Arte da Guerra tem que ser livre. Mas, como qualquer outra arte, tem que inspirar-se numa Teoria, aplicar uma Técnica e obedecer a seus Princípios e Regras. Ou não seria bem uma ARTE.

Assim, os Princípios de Guerra a que há pouco me referi, constituem os fundamentos de toda a Arte da Guerra. A sensibilidade necessária à percepção dos Princípios dominantes em cada situação, a perfeita aplicação de princípios que se contrapõem, como MASSA e SEGURANÇA, a utilização judiciosa de Princípios concorrentes, como MANOBRA e SURPRESA — são aspectos que revelam o domínio da Arte da Guerra.

DRAGOMIROW explica o aprendizado na Arte da Guerra: "Esse aprendizado não tem a pretensão de formar Napoleões. Ele assinala os modelos, as obras-

primas realizadas no domínio da guerra e, assim, aplaina os caminhos dos que a natureza dotou de capacidade militar. Mas ele apresenta esses modelos ao estudo e meditação dos homens de guerra, não para que eles os imitem servilmente, mas para que penetrem seu espírito, para que neles se inspirem". E conclui: "A grande mestra da Arte da Guerra é a História".

A partir do século XVIII, a Arte da Guerra passou a ser chamada de *Estratégia*, significando literalmente "a arte do general". Com a evolução da guerra, que passou a utilizar, além dos meios militares, recursos dos demais campos da vida nacional, houve necessidade de distinguir-se uma *Estratégia Nacional* e uma *Estratégia Militar*. Houve ainda outra circunstância que deu sentido prático à distinção entre as duas estratégias: é que agora dificilmente o comandante das forças em operações será o mesmo Chefe de Estado, como no tempo de Alexandre, Frederico ou Napoleão.

A ESTRATÉGIA NACIONAL, atualmente, é conceituada pela nossa Escola Superior de Guerra como:

"a arte de preparar e aplicar o Poder Nacional, considerados os óbices existentes ou potenciais, para alcançar e manter os objetivos fixados pela Política Nacional".

A inclusão da consideração sobre os óbices, antes não constante do conceito daquela Escola, é para mim um avanço notável na precisão do conceito. Pois é preciso distinguir o sentido científico do termo daquele sentido vulgar, hoje muito generalizado na imprensa e em muitas profissões liberais. Para isso, julgo essencial a compreensão de que a *Estratégia é uma arte de luta*, o que pressupõe o confronto de vontades conscientemente

opostas. Não vejo estratégia na luta contra enfermidades, intempéries ou outras espécies de dificuldades.

Ainda de acordo com a ESG, à ESTRATÉGIA MILITAR, como às demais Estratégias Específicas — a Política, a Econômica e a Psicossocial — cabe a preparação e a aplicação dos meios do Poder correspondente, nas mesmas condições estabelecidas para a Estratégia Nacional, isto é, para alcançar e manter os objetivos fixados pela Política Nacional, a despeito dos óbices de qualquer natureza, existentes ou potenciais.

O *Objetivo da Estratégia Militar* é o desequilíbrio das forças inimigas, a fim de obter sua desagregação ou o enfraquecimento de sua resistência, o que tornará mais fácil sua destruição na batalha.

O desequilíbrio procurado pode ser atingido:

- pela Manobra;
- pela Surpresa.

A MANOBRA é um movimento, uma ação, portanto, de natureza física, enquanto a SURPRESA é subjetiva, de natureza psicológica. Entretanto, essas duas ações estratégicas muitas vezes reagem de forma recíproca: o movimento gera a surpresa e esta, por sua vez, dá maior impulso ao movimento.

O alvo prioritário de todas as ações estratégicas é a própria mente dos comandantes inimigos, pois a diferença entre a vitória e a derrota depende mais do moral. Atribui-se a NAPOLEÃO a afirmação de que na guerra "o fator moral está para o físico na proporção de três para um". A verdade é que o choque da surpresa e a sensação de impotência abalam mais que a perda de homens, canhões e territórios.

Há 500 anos AC, o velho mestre SUN TZU já dizia que "a arte da guerra ba-

seia-se no engodo". Realmente, a Estratégia Militar consiste essencialmente na arte da dissimulação, sendo, portanto, o inverso da moralidade. Mas a Estratégia Nacional tende a fazer coincidir sua conduta com os princípios da Moral, pois deve ter em vista o objetivo final da guerra, que é a PAZ. E não se constrói uma paz duradoura fundada na falsidade e no embuste.

Com estas breves considerações sobre a Arte da Guerra, concluo o tópico referente ao Conhecimento da Guerra, reafirmando que ele abrange os quatro ramos do saber e se manifesta:

— nas *Filosofias de Guerra*, traduzidas nas Concepções de Guerra de cada País;

— numa *Ciência de Guerra*, que nos fornece as Teorias e as Leis da Guerra;

— nas *Técnicas de Guerra* expressa nos Princípios e nas Doutrinas;

— e na *Arte de Guerra* espelhada na Estratégia e na Tática.

Considero, assim, realizado o exame a que me propus dos aspectos fundamentais da guerra, julgados essenciais e uma adequada COMPREENSÃO DA GUERRA.

Resta-me uma palavra final aos vitoriosos companheiros que acabam de ingressar neste Templo de Cultura e Saber:

No binômio que define a própria vida do militar profissional: "PENSAMENTO E AÇÃO A SERVIÇO DE UM IDEAL", aqui vos dedicareis particularmente ao primeiro termo do binômio: o Pensamento.

Um escritor dissidente russo, ALEXANDRE SOLJENITSIN, assinalou que, em seguida à manutenção da integridade intelectual, o primeiro dever do soldado é — PENSAR.

No início do século passado, NAPOLEÃO alertava: "Não é um gênio que

me revela, em segredo, o que eu devo dizer ou fazer em uma circunstância inesperada para os outros; é a reflexão, a meditação”.

E, no princípio deste século, FOCH, quando comandante da Escola Superior de Guerra da França, dizia a seus alunos: “Mais tarde vos irão pedir para serdes os

cérebros do Exército. Agora e aqui, quero dizer-vos: aprendei a pensar”.

Pois bem, Senhores, agora, também eu vos digo: — aproveitai bem todas as oportunidades que a Escola vos oferece para aprenderdes a pensar. Porque lá fora — não tenhais dúvida, futuros chefes do Exército — de todos vós espera confiante o Brasil: AÇÃO, AÇÃO e mais AÇÃO.